

## **É Possível Medir o Crime e a Violência? - Estatísticas Criminais e Homicídios no Distrito Federal**

*Autor: George Felipe de Lima Dantas*

As polícias do mundo inteiro são questionadas sobre os "números da criminalidade". Elas registram ocorrências do crime como parte da sua rotina de trabalho. Os números que possuem representam a quantidade total de registros e de cada tipo de crime. No Brasil, tais registros são os chamados de "Boletins de Ocorrência" (BO), que na modernidade passaram a ser feitos em sistemas computacionais. Na primeira semana de setembro a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) divulgou números referentes aos crimes ocorridos até abril de 2008. Isso produziu questionamentos, incluindo tentativas de compreender a criminalidade do DF por intermédio de comparações. Os números divulgados pela PCDF revelam, desde logo, a transparência que ela dá ao tema das medidas da criminalidade no DF, típica apenas em democracias modernas e administrações do executivo dispostas a revelar algo delicado, mas que conhecem por força do ofício policial do Estado. O tema ainda é mistificado e evitado por alguns dirigentes e gestores da segurança pública, tanto no Brasil quanto no exterior. Tentar medir o crime e a violência produz uma demanda natural por "explicações". Mas nem sempre elas existem "de primeira mão" ou são fáceis ou confortáveis de dar. Na dúvida, há quem não divulgue medidas do crime e da violência...

É sempre bom lembrar que os dirigentes e gestores da segurança pública, ainda que detentores de registros da criminalidade, não podem influenciar diretamente as causas que produzem esse fenômeno, muitas vezes com origens históricas em variáveis econômicas e sociais (desorganização e exclusão social, dentre outras) enraizadas nas comunidades em que eles atuam. Policiais federais, estaduais e distritais trabalham tão somente sobre a expressão manifesta do crime (o que já ocorreu ou, na melhor das hipóteses, que tem forte probabilidade de ocorrer), mas ainda assim existem aqueles que se comportam politicamente como se tivessem de controlar um fenômeno sabidamente complexo e de causas múltiplas, portanto, fora do controle deles. Isso talvez explique a ingenuidade de um eventual temor de "mostrar as medidas da criminalidade" e ser responsabilizado de imediato.

Uma das medidas mais impactantes do crime e da violência, diante da opinião pública, é o número de registros de homicídios. De acordo com dados da PCDF, o DF teve um total de 211 registros de homicídios contabilizados no primeiro quadrimestre de 2008. Mantida a mesma proporcionalidade desses homicídios no restante do ano, seriam 633 homicídios anuais. Tal número representa apenas uma estimativa de projeção, já que os homicídios não se distribuem regularmente ao longo do tempo, sofrendo efeitos da sazonalidade com que ocorrem (diminuem ou crescem mais em determinadas épocas do ano). Já de acordo com estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população do DF seria de 2.557.158 indivíduos em 1º de julho de 2008, tendo em conta dados do censo de 2000 e respectivas projeções. Considerando ambas estimativas, o DF teria um quociente ou taxa aproximada de 24,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2008.

A taxa estimada de 24,7 homicídios por 100 mil habitantes do DF pode ser comparada com informações providas pelo Ministério da Justiça anteriormente sobre todos os estados brasileiros. Ela está situada abaixo da "taxa de ocorrências de crimes violentos letais e intencionais registrados pelas polícias civis por habitantes no Brasil, em 2003" (período mais recente disponível), de 26,7. As duas maiores dessas taxas, no mesmo período, foram de 57,6 e 52,8, correspondendo, respectivamente, ao Espírito Santo e Rio de Janeiro. A menor delas foi de 12,5, correspondendo ao Estado de Santa Catarina. No mesmo período, a maior taxa correspondente (que inclui homicídios e latrocínios – roubo seguido de morte), entre as capitais das unidades da federação ocorreu em Maceió, com um valor de 63,4. O Plano Piloto de Brasília surge como a região de capital com a menor taxa, com 14,1, ou seja, o DF teria hoje uma taxa de homicídios que corresponderia a menos que a metade das taxas já conhecidas dos estados de maior incidência de "violência letal intencional" e menos que o dobro de Santa Catarina, unidade federativa de menor taxa correspondente. Nada mal na comparação nacional, mas certamente parte de um quadro brasileiro, como um todo, ainda sombrio, considerando a taxa média mundial de 8,8, calculada em 2000 pela Organização Mundial de Saúde.

A grande questão, tanto no DF quanto no Brasil e no restante do mundo, seria a de como baixar as taxas altas de determinadas regiões, estados ou bairros. "Caso de polícia"? – Certamente que não. É preciso considerar que se existem causas econômicas e sociais para o crime, as soluções do problema também passam por aí. Controlar a criminalidade passa a ser um "caso de políticas públicas", incluindo aquelas de ação social, de fortalecimento das comunidades e das famílias, de proteção da infância e da adolescência, de resistência contra as drogas, de esporte e lazer e até mesmo de coisas simples, mas de grande impacto como iluminação pública.

Comunidades estáveis e organizadas são "sociamente saudáveis" no mundo inteiro. Por isso mesmo são menos afetadas pelo crime e pela violência. Ao contrário disso, um processo de urbanização súbita e desordenada, como o ocorrido em certas regiões do DF, aponta naturalmente onde estão os focos de violência e crime na região.